



ATA NÚMERO 01/2013

1 Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze, com início às quatorze
2 horas, na Sala do Conselho Universitário, sito à Praça Sete de Julho, 180, realizou-se sessão
3 ordinária do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas,
4 convocada e presidida pelo Professor **Mauro Augusto Burkert Del Pino**, Magnífico Reitor,
5 com a participação dos seguintes conselheiros: **Carlos Rogério Mauch**, Vice-Reitor, **Antonio**
6 **Carlos de Freitas Cleff**, Pró-Reitor de Administração; **Fabiane Tejada da Silveira**, Pró-
7 Reitora de Graduação; **Denise Petrucci Gigante**, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação;
8 **Luiz Osório Rocha dos Santos**, Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento; **Antonio**
9 **Carlos Martins da Cruz**, Pró-Reitor de Extensão e Cultura; **Rosane Maria dos Santos**
10 **Brandão**, Pró-Reitora de Assuntos Estudantis; **Sergio Batista Christino**, Pró-Reitor de Gestão
11 de Recursos Humanos; **Gilson Simões Porciúncula**, Pró-Reitor de Infraestrutura; ; **José**
12 **Francisco Gomes Schild**, Diretor da Escola Superior de Educação Física; **Edar da Silva**
13 **Añaña**, Diretor da Faculdade de Administração e Turismo; **Eduardo Gonçalves Xavier**, no
14 exercício da Direção da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; **Adriana Etges**, no exercício
15 da Direção da Faculdade de Odontologia; **Éverton Fagonde da Silva**, no exercício da Direção
16 da Faculdade de Veterinária; **Lúcia Maria Vaz Peres**, Diretora da Faculdade de Educação;
17 **Gladis Aver Ribeiro**, Diretora do Instituto de Biologia, **Sidney Gonçalves Vieira**, Diretor do
18 Instituto de Ciências Humanas; **Victor Paulo Barros Gonçalves**, Diretor do Instituto de Física
19 e Matemática; **Álvaro Augusto Borba Barreto**, Diretor do Instituto de Filosofia, Sociologia e
20 Política; **Sérgio Luiz dos Santos Nascimento**, Diretor do Centro de Ciências Químicas,
21 Farmacêuticas e de Alimentos; **Luciane Prado Kantorski**, Diretora da Faculdade de
22 Enfermagem e Obstetrícia; **Fabrizio Pereira Harter**, no exercício da Direção da Faculdade de
23 Meteorologia; **Antonio César Silveira Baptista da Silva**, Diretor da Faculdade de Arquitetura
24 e Urbanismo; **Márcia Rúbia Duarte Buchweitz**, Diretora da Faculdade de Nutrição; **Paulo**
25 **Ricardo Silveira Borges**, Diretor do Centro de Letras e Comunicação; **Thiago Veiras**
26 **Colares**, no exercício da Direção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico; **Carlos Antonio**
27 **da Costa Tillmann**, Diretor do Centro das Engenharias; **Jabr Hussein Deeb Haj Omar**,
28 Diretor do Centro de Integração do MERCOSUL; **Heloisa Helena Duval Azevedo**, Diretora do
29 Centro de Educação a Distância; **Iná da Silva dos Santos**, representante dos Professores
30 Titulares; **Paulo Bretanha Ribeiro**, representante dos Professores Titulares; **Álvaro Leonardi**
31 **Ayala Filho**, representante dos Professores Associados; **Aluisio Jardim Dornellas de Barros**,
32 representante dos Professores Associados; **Pedro Rodrigues Curi Hallal**, representante dos
33 Professores Adjuntos; **Willian Silva Barros**, representante dos Professores Adjuntos; **Vanessa**
34 **Caldeira Leite**, representante dos Professores Assistentes; **Elza Cristina Miranda da Cunha**,
35 suplente da representante dos Professores Auxiliares; **Paulo Fernando do Couto Bispo**,
36 representante dos Professores Auxiliares; **Márcia Foster Mesko**, representante dos
37 Coordenadores de Cursos de Graduação; **Paulo Roberto Ferreira Júnior**, representante dos
38 Coordenadores de Cursos de Graduação; **Flávio Fernando Demarco**, representante dos
39 Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Elizabeth Helbig**, representante do COCEPE;
40 **José Luiz de Pellegrin**, representante do COCEPE; **Eduardo Algayer Osório**, representante
41 Comunitário; **André Fehrenbach**, **Daniel Filizola**, **Vania Maria Generoso Silva**, **Bruno**
42 **Martinelli** (suplente), **Mauricio Pelegrini** e **Geise Bel Doro de Oliveira** (suplente),
43 representantes discentes; **Ediane Sievers Acunha**, **Edimar Gonçalves Ribeiro**, **Gustavo**
44 **Alves Andrade**, **Mara Lúcia Vasconcelos da Costa**, **Rosendo da Rosa Caetano**, **Vilson**
45 **Borba Pinto** e **Willi Wetzel Jr.**, representantes dos Técnico-Administrativos. Não
46 compareceram os conselheiros: **Alexandre Fernandes Gastal**, Diretor da Faculdade de
47 Direito; **Farid Butros Iunan Nader**, Diretor da Faculdade de Medicina; **Lauer Nunes dos**
48 **Santos**, Diretor do Centro de Artes, que justificou sua ausência, por afastamento da cidade;

→



49 **Celeste dos Santos Pereira**, representante dos Professores Assistentes e **Carlos Mário**
50 **Almeida dos Santos**, representante Comunitário e **Jonathan Silva**, representante discente. O
51 senhor presidente iniciou dizendo da sua satisfação de estar fazendo a primeira reunião ainda
52 nos primeiros quinze dias de gestão por ser fundamental em uma gestão democrática e
53 transparente que por aqui passem os grandes debates e questões da Instituição. Hoje trouxe
54 alguns temas para implantar na UFPel. Tinha a proposta de pauta que leu para aprovação. O
55 conselheiro Lauer Nunes solicitou incluir o assunto do Conservatório de Música de Pelotas.
56 Retirada de pauta a Ata nº 04, por solicitação da conselheira Luciane Kantorski. Colocada em
57 votação e aprovada a ordem do dia. O senhor presidente solicitou que os novos conselheiros se
58 apresentassem. Deu boas vindas a todos conselheiros e desejou que tivessem uma boa gestão e
59 que esta fosse profícua. Passou ao **Item 1** – Ata 05 – Aprovada, com treze abstenções. Ata 08 –
60 Aprovada com onze abstenções. Ata 09 – Aprovada com dezenove abstenções. **Item 2** –
61 INFORMES: Vagas Docentes. Houve um levantamento efetivo do número de professores por
62 Unidade. A Universidade deverá constituir uma matriz de vagas docentes. Levantamento a
63 partir do corpo docente anteriormente à última distribuição de vagas docentes e não houve
64 garantia de que haverá nova distribuição de vagas para o ano de dois mil e treze. As que
65 ocorreram foi por parte do REUNI, o que preocupou bastante, pois o quadro encontrado não irá
66 às necessidades da Universidade. O conselheiro Luiz Osório apresentou os dados sobre o
67 quadro geral que se apresenta antes e depois da última distribuição: DISTRIBUIÇÃO DE
68 VAGAS DE PROFESSORES. A tabela foi construída informando primeiro o nome da
69 Unidade, em segundo o nº de docentes antes da distribuição, em terceiro o nº de docentes
70 distribuídos, em quarto o nº de docentes após a distribuição e em quinto, o acréscimo em %.
71 Centro de Artes (94, 16, 110 e 17,02%); Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de
72 Alimentos (54, 10, 64 e 18,52%); Centro de Desenvolvimento Tecnológico (67, 17, 84 e
73 25,37%); Centro de Engenharias (55, 27, 82 e 49,09%); Centro de Integração Mercosul (18, 14,
74 32 e 77,78%); Centro de Letras e Comunicação (53, 09, 62 e 16,98%); Escola Superior de
75 Educação Física (27, 04, 31 e 14,81%); Faculdade de Administração e Turismo (28, 05, 33 e
76 17,86%); Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (88, 10, 98 e 11,36); Faculdade de
77 Arquitetura e Urbanismo (37, 07, 44 e 18,92%); Faculdade de Direito (32, 04, 36 e 12,50%);
78 Faculdade de Educação(50, 04, 54 e 8,00%); Faculdade de Enfermagem (31, 03, 34 e 9,68);
79 Faculdade de Medicina (96, 16, 112 e 16,67%); Faculdade de Meteorologia (19, 03, 22 e
80 15,79%); Faculdade de Nutrição (29, 08, 37 e 27,59%); Faculdade de Odontologia (62, 14, 76 e
81 22,58%); Faculdade de Veterinária (49, 03, 52 e 6,12%); Instituto de Biologia (80, 07, 87 e
82 8,75%); Instituto de Ciências Humanas (70, 02, 72 e 2,86%); Instituto de Filosofia, Sociologia e
83 Política (30, 05, 35 e 16,67%); Instituto de Física e Matemática (57, 11, 68 e 19,30%) e Pró-
84 Reitoria de Graduação (14, 20, 34 e 142,86%). Disse que deveriam se dedicar a avaliar em cada
85 Unidade a real consequência da falta de docentes. A informação não tem cruzamento com o
86 número de alunos. Disse que distribuiria o material para os conselheiros ainda naquela reunião.
87 A conselheira Heloisa Azevedo disse que faltaram dados do CEAD. A conselheira Márcia
88 Buchweitz ressaltou que a FN havia recebido sete e não oito vagas. A conselheira Lucia Peres
89 solicitou que enviassem por e-mail o material, por ser uma discussão importante também para
90 terem junto com o coletivo da Unidade. O conselheiro Edar Añaña disse que o percentual
91 apresentado como percentual de acréscimo não correspondia a acréscimo e sim, reposição de
92 vagas. A conselheira Gladis Ribeiro ratificou a fala do conselheiro Edar, dizendo que das sete
93 vagas que o IB havia recebido na verdade seriam seis vagas, pois uma era decorrente de
94 reposição de aposentadoria prévia (na verdade demissão de um colega que havia se demitido da
95 Unidade) e só para salientar: haviam tido mobilidade docente que não havia sido avaliada na
96 Unidade. A conselheira Luciane Kantorski fez a observação que particularmente a Faculdade de
97 Enfermagem tinha cinco professores temporários que estavam saindo em fevereiro e haviam
98 recebido três vagas. O conselheiro Paulo Borges observou que achava boa a iniciativa de fazer
99 estudo detalhado das questões das vagas, pois atendem a vinte e quatro cursos e isso deve ser
100 discutido com as outras Unidades atendidas por eles, o que demanda um número bem maior de
101 vagas. O conselheiro Odir Dellagostin do CDTEc contribuiu para qualificar mais os dados, por



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2013 – FLS. 3 de 09

102 serem brutos e precisavam ser mais trabalhados. A informação de percentual de aumento era
103 pouco relevante, pois temos Unidades muito diferentes e devem ser tratadas de forma diferente
104 e deveriam ter equidade no tratamento das Unidades. Algumas Unidades precisariam muito
105 mais do que 20, 30 ou 40% de aumento e para outras 10% já seria demais. Deveriam trabalhar
106 com a relação do número de alunos, carga horária, que se qualificasse mais a informação, para a
107 partir daí definirem critérios de alocação e saber quem realmente tinha necessidade de vaga e
108 quem já estava com sua demanda atendida. O conselheiro Lauer Nunes disse que concordava
109 com a fala do conselheiro Odir e disse que deveria ser levantado o número de professores
110 temporários, pois a distribuição de vagas de professores efetivos não havia correspondido à
111 realidade das Unidades. Por exemplo, no Centro de Artes existem vinte e quatro professores
112 temporários e haviam recebido dezesseis vagas para professores efetivos. O conselheiro Victor
113 Gonçalves parabenizou a nova Administração que iniciava sua gestão e, em particular, por
114 apresentar estes dados que até o momento eram muito obscuros para todos. Disse que
115 concordava com os colegas que o haviam antecedido, que este era um passo muito inicial, que
116 deveriam trabalhar muito mais e no caso específico do IFM, o número apresentado não refletia
117 a realidade, pois haviam muitas aposentadorias e vagas de colegas que haviam saído da UFPel e
118 também o número original era fruto de uma expropriação que havia acontecido no IFM e na
119 realidade o número original já era fruto de transferência de colegas ou aventuras realizadas
120 dentro de nossa Universidade, que duplicaram a área ou transferiram colegas para outras
121 Unidades e deixaram o encargo didático para o IFM e os dados atuais não refletiam a realidade
122 de sua Unidade. O senhor presidente explicou que o período de transição havia sido muito
123 abrupto e não haviam encontrado pessoas em muitos locais para passar os dados. O conselheiro
124 Osório solicitou aos conselheiros que fizessem as correções iniciais na cópia que receberiam.
125 Passou a relatar os dados obtidos: Vagas de Técnicos Administrativos – Disse que havia estado
126 em Brasília para tratar do tema das vagas. O REUNI previa uma relação técnico/estudantes.
127 Seria quinze alunos para cada técnico até dois mil e quatorze. Desta relação havia sido excluído
128 o pessoal da FAU. Naquele momento o número era de vinte e um alunos por técnico. Isso
129 prejudicava o andamento acadêmico. A UFPel possui o maior número de alunos por técnico no
130 Brasil. Foi identificado um grande número de remoções e afastamentos para qualificação
131 profissional. Houve uma dificuldade muito grande para realizar as matrículas do SiSu. Tiveram
132 que levantar uma força tarefa para este trabalho. Nas Unidades será recomposta a estrutura com
133 o retorno dos funcionários. Solicitou ao Pró-Reitor de Gestão de Pessoal para relatar as
134 remoções de última hora. No mês de dezembro, das Pró-Reitorias e do Gabinete, treze
135 funcionários foram relatados. Três servidores cedidos a título de cooperação técnica para o
136 IFSul. Treze servidores para assuntos particulares e Pós-Graduação. Projeto Modernização –
137 perdemos sete servidores. Total de trinta pessoas saíram da Administração Superior. O senhor
138 presidente disse que o tema seria levado para a reunião com os Diretores. A conselheira
139 Luciane Kantorski disse que era uma situação preocupante, pois na FE tiveram uma
140 distribuição de troca e não acréscimo. O conselheiro Sérgio Christino falou da remoção da
141 Administração Superior. O conselheiro Paulo Koschier disse que entre os servidores a
142 discussão tem sido levada por bastante tempo à Administração Central. Talvez fosse
143 interessante valorizar o papel da CIS que é um órgão previsto em lei e com alguma autonomia
144 para ajudar a Administração na redistribuição de pessoal. Parabenizou os membros da CIS, que
145 estão se reunindo para rever esta situação. O conselheiro Sidney do ICH disse que a
146 Universidade estava com características de separação em diferentes campus. Na sua unidade
147 não existe nenhum servidor trabalhando e as funções técnicas e administrativas estavam sendo
148 desenvolvidas por docentes. Alguns setores ficavam fechados e os alunos não tinham acesso a
149 informações. Houve a diminuição de nove servidores técnico-administrativos convidados pela
150 Administração Superior. A conselheira Márcia Mesko, do Curso de Farmácia, foi solidária ao
151 Professor Sidney, pois tem um servidor novo (um ano de casa). Sugeriu um treinamento para os
152 novos servidores que não têm conhecimento das atividades administrativas. O conselheiro
153 Lauer Nunes perguntou se o assunto também seria tratado na reunião com Diretores. O
154 conselheiro Paulo Koschier falou da avaliação do MEC para o curso de História Bacharelado.

17.



155 no qual dois servidores são licenciados em História e um é Psicólogo o que influenciou na
156 avaliação do MEC. Esta é uma questão de qualificação da Universidade. O conselheiro João
157 Paulo Adamoli falou da questão de deficiência do quadro técnico que é um assunto bastante
158 conhecido da Universidade, e a maioria deles estava presente na última reunião do Conselho
159 quando o Reitor havia apresentado o aumento de cursos e docentes e ninguém havia percebido
160 ali o não aumento do número de técnico-administrativos. A alegação que o Reitor fizera era de
161 que o MEC não teria permitido que técnicos fossem contratados. Por várias vezes haviam
162 discutido, como membros do Sindicato ou da CIS, e questionado a administração anterior de
163 que não conheciam nenhuma demanda da Universidade de reivindicação junto ao MEC. A ele
164 parecia que esta situação era a consequência de uma política de gestão que foi, de certa forma,
165 uma política que não valorizou a necessidade de contratação de técnicos, dando prioridade para
166 a questão do pessoal terceirizado e das Fundações, inclusive um pessoal precarizado e que
167 infelizmente a gestão atual terá de mudar este quadro. Isto é consequência de uma política da
168 administração que não priorizou esta demanda da Universidade. O conselheiro Luis Osório
169 disse que este era apenas um registro a respeito da situação peculiar da UFPel, nessa situação.
170 Para as Universidade novas, o critério em regra geral é o mesmo do MEC, conforme havia sido
171 anunciado para o Reitor. Com relação à distribuição, pretendiam que esta fosse uniforme entre
172 técnicos e docentes. No caso da UFPel, pensando especificamente na questão de apoio e
173 suporte para o desenvolvimento de atividades acadêmicas e administrativas temos uma situação
174 que se torna particularmente diferenciada em relação às Universidades novas, pois estas estão
175 recebendo apenas servidores do nível de classificação D e E o que significa médio, técnico e
176 superior e a média fica por aí, com relação ao número de alunos. Na UFPel temos ainda
177 bastantes servidores, em torno de 200, de 1200 que aproximadamente temos, que são os
178 servidores dos níveis de classificação A, B e C. Desses servidores de nível A, B e C, muitos
179 deles se dedicam a atividades que não são de apoio acadêmico e administrativo, o que significa
180 dizer que se a comparação for meramente numérica as atividades acadêmicas e administrativas
181 da Universidade estão em absoluta desigualdade em relação às Universidades que atualmente
182 só possuem pessoal do nível de classificação D e E. Acreditava que este era um forte argumento
183 para que conseguissem levar ao MEC e pleitear mais servidores. Pode ser que não tenha eco,
184 mas acreditava que era uma situação que nos colocava em uma posição de evidência de que
185 efetivamente estamos com um déficit grave de técnicos para atender às atividades acadêmicas e
186 administrativas. O conselheiro Victor Gonçalves disse que fazendo uma conta rápida,
187 considerando que tinham três servidores da carreira, no IFM tinham uma relação acima de mil
188 alunos por servidor. O senhor presidente disse que estariam retornando o assunto ao Conselho,
189 mas antes discutiriam com os Diretores a respeito. A seguir passou ao próximo item dos
190 informes: PROFESSORES TEMPORÁRIOS: Disse que não haviam detectado critérios para a
191 distribuição para professores temporários e comunicou que os contratos estariam encerrando em
192 vinte de fevereiro, então pedia atenção aos Diretores e sugeriu, já que não havia condições de
193 fazer a reposição, que cada Unidade Acadêmica organizasse as disciplinas de tal forma, que a
194 disciplina fosse concluída durante o contrato do Professor Temporário e com isso deverá ser
195 feito um rearranjo do calendário das disciplinas e que seja cumprida a carga horária destas, mas
196 que fosse feito o rearranjo interno, para que as disciplinas seguissem funcionando com a ajuda
197 da Pró-Reitoria de Graduação. A conselheira Fabiane Tejada disse que os Professores Efetivos
198 conversassem com os temporários e que utilizassem sua carga horária para os temporários.
199 Disse ainda que estava à disposição para auxiliar nesta organização. O conselheiro Paulo
200 Borges perguntou se havia alguma informação do MEC com relação à data de vinte e oito de
201 fevereiro. Disse que segundo o ex-Reitor Cesar essa era uma data que o MEC havia estipulado,
202 mas como isso acarretaria um grande prejuízo acadêmico, pensava que valeria a pena a UFPel
203 fazer algum tipo de interferência junto ao MEC no sentido de ressaltar o prejuízo. Se fosse
204 realmente esse prazo haveria forte prejuízo acadêmico, ainda mais com a demora que, com
205 certeza, teria para ingresso dos novos concursados. O conselheiro Sergio Christino lembrou que
206 a criação dessas vagas de Professores Temporários foi originada mediante uma Lei, onde estava
207 prevista a prorrogação de contratos, com um limite que já havia sido estourado. Acreditava que

AT.



208 teria de ser uma iniciativa de todas as Universidades e uma iniciativa isolada de alguma
209 Universidade talvez não conseguisse sucesso. O conselheiro Victor Gonçalves comentou que o
210 IFM já estava buscando tentar minimizar o impacto e os Chefes de Departamentos estavam
211 fazendo contato com as demais Unidades, a fim de maximizar o uso dos temporários nesse
212 período. Solicitou aos Diretores de Unidades que tinham cursos junto ao IFM, que buscassem
213 trabalhar com seus Coordenadores que a solicitação de oferta no próximo semestre fosse o mais
214 realística possível, porque certamente o IFM não só estava perdendo esses professores
215 temporários e estavam sendo repostos professores aquém, mas como não havia sido uma
216 proporção um para um de temporário para efetivo, nós já teríamos impacto no próximo
217 semestre e isso significava que seria muito difícil manter a taxa de reoferta, que estavam
218 mantendo, e pedia antecipadamente o apoio dos Diretores e Coordenadores de Cursos, para que
219 na solicitação de reoferta fossem o mais realistas possíveis de forma tal que pudessem atender
220 os estudantes que realmente necessitassem das vagas. O senhor presidente, respondendo ao
221 conselheiro Paulo Borges, disse que as gestões que haviam feito, tiveram as respostas
222 oferecidas pelo conselheiro Sergio Christino de que somente outro projeto de Lei ou quiçá uma
223 Medida Provisória poderia alterar essa situação. Estavam com a avaliação de que seria muito
224 difícil isso acontecer em tempo hábil. Tinham uma expectativa de que esses contratos, da
225 forma como estavam colocados, não seriam prorrogados. A distribuição de vagas feitas no ano
226 anterior de acordo com o MEC visou justamente atender uma demanda reprimida, que foi o fato
227 dessas vagas terem sido oferecidas pelo MEC tardiamente, por conta do impacto que
228 ocasionariam no orçamento da União. A alternativa que o Governo encontrou para conter o
229 orçamento, naquele momento, primeiro ano na verdade da administração da Presidenta Dilma,
230 foi de criar a figura do Professor Temporário, parecida com a de Professor Substituto, mas com
231 um prazo bastante específico. Exatamente durante o período em que as vagas de Professores
232 Permanentes não estavam sendo oferecidas. A oferta das vagas permanentes visa atender essa
233 demanda e excluir o Professor Temporário, para haver o equilíbrio na folha de pagamento.
234 Esperavam que isso fosse modificado não temos muito essa expectativa e era importante que
235 cada Unidade deveria tentar se antecipar ao fato para dar conta do tema, porque seria difícil
236 reverter. A conselheira Luciane Kantorski disse que quando há sobrecarga de horários, faziam o
237 que estava ao alcance para amenizar as dificuldades e apesar do Governo não reconhecer a
238 greve, todas as Unidades tiveram greve e teriam que refazer este calendário. A manutenção dos
239 professores temporários até março era uma consequência da greve. O conselheiro Bruno pediu
240 à PRG que foi a única medida encontrada para resolver esta situação que cobrem dos
241 professores temporários a forma de avaliação, pois cada um tem suas metodologias.
242 TRABALHADORES VINCULADOS AOS PROJETOS MODERNIZAÇÃO, ALM E PISTA:
243 O senhor presidente falou da preocupação junto à Procuradoria geral da União. O TCU tem
244 resoluções bastante claras que entendem como irregular a manutenção de celetistas junto às
245 Administrações das Universidades. Deu prazo para sanar esta situação. Foi liberado vagas para
246 técnicos. A UFPel é a única universidade que possui celetistas na Administração. Desde 2008
247 este quadro não se alterou. Estes servidores seriam demitidos em 31 de dezembro de 2012 e
248 conseguiram mediar a prorrogação de contratos até 28 de fevereiro de 2013. Fizeram a
249 demanda junto ao TCU de Porto Alegre, para que repense este caso, pois teremos danos
250 irreparáveis como Barragem, Restaurante, ALM, substituindo um grupo de trabalhadores pelo
251 fornecimento de serviços em relação ao RU e Barragem do Chasqueiro. Solicitou ao TCU a
252 substituição destas pessoas por prestadores de serviços, como a vigilância, limpeza e portarias.
253 Nos demais projetos alguns podem ser substituídos por serviços, mas o Projeto Modernização
254 não. Estava pleiteando junto ao Governo a liberação de vagas de auxiliares administrativos.
255 Cinquenta vagas de Assistentes Administrativos, mais dezesseis vagas de redistribuição. A
256 intenção era que o MEC se sensibilizasse disponibilizando um número maior de vagas. Na
257 próxima semana estaria retornando ao TCU em Porto Alegre, para pleitear esta solicitação de
258 vagas. REUNIÃO DE DIRETORES: Explicou que estava sendo preparada reunião com os
259 Diretores, para tratar de diversos assuntos. Pretendia que fosse um bom debate. A conselheira
260 Fabiane Tejada disse que a reunião com os Coordenadores de Cursos estava sendo planejada,



261 para tratar das questões acadêmicas. FUNDAÇÕES: Recebeu um quadro bastante preocupante
262 em relação as três Fundações e encontrando graves problemas. Estavam pensando em buscar
263 uma forma de usar as fundações para o serviço dos acadêmicos. O credenciamento venceu em
264 treze de janeiro. A Fundação Simon Bolívar não estava saneada financeiramente. Solicitou aos
265 professores que não cadastrassem projetos novos junta àquela Fundação. Estava pleiteando
266 junto ao MEC que os projetos ali cadastrados não sofressem conseqüências. A Fundação
267 Delfim Mendes Silveira estava funcionando com liminar e não sabia até quando. Solicitou que
268 não fossem cadastrados projetos novos lá também. Todos projetos novos seriam aportados à
269 Fundação de Apoio Universitário. A conselheira Luciane Kantorski perguntou sobre a situação
270 da FAU. O senhor presidente respondeu que ela estava adimplente e poderia receber recursos.
271 O conselheiro Odir Dellagosotin disse que fazia parte do Conselho Deliberativo da FDMS.
272 Tiveram reunião no dia anterior e apenas um projeto de pesquisa não teve aprovação,
273 retornando a fundação à regularização, podendo receber novos recursos. O conselheiro Antonio
274 Baptista disse que sua fala havia sido contemplada pela fala do conselheiro Odir, pois tinha
275 feito parte da administração da Fundação e ela estava tendo suas dívidas sanadas. Estavam
276 sanando os relatórios do projeto da FaMed, que estava sendo questionado pela FINEP e
277 solicitado o retorno de R\$ 1.000.000,00 (valor integral do projeto). Era bastante viável que
278 chegassem a um termo coerente e poderiam parcelar o pagamento. O conselheiro Mauricio
279 Pelegrini solicitou que na próxima reunião fosse retirada uma comissão do Conselho que
280 pudesse acompanhar de perto a situação das fundações. O conselheiro Osório disse que existem
281 algumas situações importantes: existe legislação que regula a relação das universidades com as
282 fundações de apoio. Estas têm de estar sob estrito controle da universidade. Todo recurso que é
283 aportado nelas deve ser controlado pela universidade. Temos que ter uma rotina de controle. As
284 fundações trabalham com recursos públicos. A FDMS tem uma situação bastante delicada. Do
285 ponto de vista legal são coisas intoleráveis. Os órgãos financiadores não financiam a fundação e
286 sim atividades acadêmicas da universidade. Se cair a liminar, teremos de devolver recursos e
287 ela não poderá atuar. A conselheira Luciane Kantorski fez a observação de que as fundações
288 precisavam pagar taxa de administração e o Governo proíbe esta cobrança. O conselheiro Paulo
289 Bretanha disse que concordava com o Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento, mas o
290 que ocorreu na Universidade foi por falta de reforma do Regimento. A preocupação maior para
291 o primeiro semestre deveria ser a reforma do Regimento, pois estávamos defasados com o
292 crescimento da Universidade em relação ao Regimento. A conselheira Lúcia perguntou se os
293 cinco milhões eram referentes ao CEAD. O conselheiro Osório respondeu que este valor era
294 histórico, ao longo do período de existência da fundação. A cobrança vinha de projeto
295 coordenado pelo Professor Fachinni e o mesmo não conseguia pagar os bolsistas, por falta de
296 verba. A título de esclarecimento, a conselheira Lucia disse que levantou no início de sua
297 administração do CEAD, a necessidade de retorno de R\$ 5.000.600,00 para os cofres do
298 Governo. Nesse momento o conselheiro Willian perguntou sobre a composição de 70% de
299 docentes no Conselho. A conselheira Ediane Acunha sugeriu que dado o caráter importante dos
300 assuntos a serem votados, deveria ser conferida a existência do percentual na composição do
301 Conselho. O conselheiro Paulo Borges disse que este Conselho já havia sido adaptado para ter
302 essa porcentagem mínima de 70% de docentes e isso era utilizado em todas as universidades.
303 Item 3: COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES: O senhor presidente disse que tínhamos que ver
304 qual o procedimento que o Conselho iria adotar para poder votar este item, por não ter a
305 composição correta. O conselheiro Odir Dellagostin disse que para a composição ficar correta
306 havia alguns anos foi feita uma adequação no Conselho com a inclusão dos Coordenadores de
307 Cursos de Pós-Graduação e chegou a 70%. Então, atualmente precisariam de mais cinco
308 professores para completar os 70%. O conselheiro Antonio Cruz disse que precisavam diminuir
309 as cadeiras de representantes discentes e chegariam igual à porcentagem necessária. O senhor
310 presidente disse que deliberariam sobre esse assunto, e acreditava que deveriam suspender a
311 pauta para deliberarem sobre a composição do Conselho. Perguntou se os conselheiros estavam
312 de acordo. Com a concordância de todos, passou para a discussão da nova composição do
313 Conselho. O conselheiro João Paulo Adamoli disse que também acreditava que deveria ser

At.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2013 – FLS. 7 de 09

314 aumentado o número de professores e não diminuir o número de técnicos ou alunos. Acreditava
315 que deveriam partir da composição de que seriam sete técnicos, sete discentes, e então para ele
316 seria aumentar o número de professores. O conselheiro Luiz Osório disse que efetivamente
317 teriam que partir para o ajuste da composição do Conselho da seguinte premissa: a
318 representação dos técnicos e discentes era intocável. Lembrou que em 1995, quando saiu a Lei
319 9.192, se privilegiou a representação docente eleita e se trouxe para o Conselho a representação
320 docente eleita, isto é, os suplentes dos docentes que já haviam sido eleitos. Tiveram que trazer
321 mais cinco docentes para completar os 70%. Acreditava que isso era o ideal. O conselheiro
322 Antonio Cruz disse que no Capítulo II do Regimento, no seu artigo 17 estava relacionado:
323 Integram o Conselho Universitário: I – o Reitor, seu presidente; II – o Vice-Reitor; III – os Pró-
324 Reitores; IV – os Diretores das Unidades Universitárias; V – dois representantes dos Órgãos de
325 Segundo Grau; VI – dois representantes de cada Classe da Carreira do Magistério; VII – dois
326 representantes dos Auxiliares de Ensino; VIII – dois Coordenadores do Conselho Coordenador
327 do Ensino, da Pesquisa e da Extensão; IX – três representantes designados pelo Conselho
328 Diretor da Fundação, dentre nomes que lhe sejam indicados pela Comunidade; X-
329 representação Discente, na forma da Lei; XI – sete representantes dos servidores Técnico-
330 Administrativos. O conselheiro Álvaro Barreto disse ver que não podia ser decidido nenhum
331 assunto naquela reunião, pois a composição não estava na forma da lei. O conselheiro Paulo
332 Bretanha disse que deveriam ampliar a representação dos segmentos principalmente para as
333 Unidades Acadêmicas. O conselheiro Antonio Baptista disse que qualquer composição deveria
334 atender o Regimento. O conselheiro Carlos Mauch disse que em setembro de 2012 havia
335 acontecido a mesma composição e todos os assuntos tratados nas reuniões estavam em vigor,
336 com suas aprovações com validade. O conselheiro Antonio Cruz disse que todas as reuniões do
337 Reitor Cesar Borges não foram obedecidas a proporção. Disse que deveriam fazer reunião do
338 Conselho para tratar do Regimento. Nesse momento tinham uma legislação e um Regimento.
339 Sugeriu diminuir uma cadeira de representação discente. O conselheiro Maurício Pelegrini disse
340 que esta colocação era inaceitável e chegava a ser uma vergonha, pois a Universidade existe por
341 causa dos estudantes e foi esta categoria quem elegeu o Reitor. O conselheiro Odir Dellagostin
342 disse que a representação discente estava na forma da Lei e deveriam aumentar o número das
343 representações como Coordenadores de Cursos de Graduação e Pós-Graduação. O conselheiro
344 Osório disse que entendia que deveriam tratar o assunto com bastante parcimônia e as
345 representações eleitas seriam mantidas. Leu a LDB, no que trata de representação discente.
346 Lembrou que o Conselho sempre tem obedecido as determinações da Lei e esta diz que são
347 70% docentes. Sugeriu fazer adequação provisória e quando tivessem a atualização do
348 Regimento, fariam a adequação e os ajustes. Naquela reunião do Conselho a pauta era mais
349 informativa. A reunião poderia continuar, pois não era deliberativa, com exceção das
350 Comissões Permanentes. O conselheiro João Adamoli disse que qualquer alteração deveria
351 estar subordinada à legislação. Encaminhava a proposta de que como o Colégio Eleitoral foi
352 adequado para a eleição do Reitor, a Reitoria definiria os nomes que participariam de cada
353 reunião específica, e depois adequariam o Regimento. A conselheira Luciane Kantorski disse
354 que estava se sentindo desconfortável com a discussão. Sentia que a Administração pretendia
355 fazer diferente, então deveria se adequar à legislação. Não se sentia favorável à modificação da
356 representação discente e dos técnicos. Sua posição era de apoiar o encaminhamento do
357 conselheiro João Adamoli. A gestão que assumia tinha a liberdade de escolher para os cargos
358 aqueles que acreditava que iriam levar a cabo as propostas. A Universidade precisava caminhar
359 e respeitando os segmentos. O conselheiro Bretanha disse que a composição no Regimento
360 estava ultrapassada e existia uma legislação maior. Não podiam diminuir o número de
361 representações das categorias. Deveriam aumentar a representação docente. O conselheiro
362 Maurício disse que deveriam aumentar o número de professores. O conselheiro Antonio Cruz
363 disse que a lei maior falava de 70% de docentes e não dizia como compor os 30%. Deveriam
364 adequar temporariamente a composição do Conselho, mudando os Pró-Reitores que eram
365 técnico-administrativos. O conselheiro Victor Gonçalves disse que pensando na evolução da
366 discussão, nessa proposição que estavam tentando fazer um novo cálculo da proporção, que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2013 – FLS. 8 de 09

367 fosse pensada uma situação que devia ser considerados os 70%, mas não levado em
368 consideração que naquele momento tinham quatro técnicos como Pró-Reitores, porque poderia
369 ser mais ou menos cinco ou seis e seriam obrigados a refazer os cálculos. O senhor presidente
370 reforçou essa fala dizendo que o Conselho não poderia vetar a participação dos Pró-Reitores. A
371 conselheira Ediane Acunha disse que como não poderiam deliberar naquela reunião, poderiam
372 esgotar aquele assunto e passar à composição das comissões e também que os Pró-Reitores
373 técnicos fossem adequados com professores como seus substitutos legais e que fossem
374 convocados para a reunião específica sobre a alteração do Regimento. Disse ser contrária a
375 qualquer modificação que alterasse o número de discentes ou técnico-administrativos.
376 Acreditava que reduzir essas representações seria ferir a democracia na Universidade. O
377 conselheiro Carlos Mauch disse que quando lembrou da ata de setembro, foi porque ocorreram
378 decisões à margem da Lei. Tinha um consenso com o conselheiro William e era importante
379 fazerem uma reflexão, pois boa parte dos informes que haviam sido dados, o motivo foi que
380 este Conselho não havia agido como deveria. Era uma autocritica Institucional e isso era
381 necessário e profilático. Ocorreram decisões totalmente à margem e que causavam seriíssimos
382 problemas para o início da gestão. Isso tinha que ser dito, pois era uma herança maldita que
383 tínhamos, porque esse Conselho não agira como deveria e isso era importante para toda a
384 Universidade e não apenas para os conselheiros, pois eles estavam representados nesse
385 Conselho. Acreditava importante lembrar e que deveria ser garantida: na LDB se coloca 70%
386 para docentes e os 30% restantes são divididos entre técnico-administrativos e discentes.
387 Quando disse que não concordava com a Lei, era porque não tinha acordo com ela, mas
388 deveriam se enquadrar nela e nesses 30% o que tinham acordado era que deveria ser paritário
389 entre as categorias restantes. Tinha acordo com isso que deve ser minimamente isso, embora
390 não concordasse com a Lei, e existe uma expectativa de mudança. Acreditava que os
391 representantes eleitos deveriam ser preservados. Deveriam procurar uma solução que
392 preservasse essas categorias. A seu juízo elas estavam minimamente representadas. Precisavam
393 fazer uma autocritica séria sobre a composição do Conselho. Disse que tinham enquanto
394 Administração o compromisso de fazer reuniões ordinárias mensais naquele Conselho, para que
395 esse debate fosse enriquecido e a Universidade vai tomar o rumo que deveria e nunca teve.
396 Informou também que no COCEPE foram tomadas decisões à margem da Lei. Recursos de
397 candidatos que haviam sido aprovados "ad referendum", que não tinham nenhuma validade
398 legal, com candidatos sendo indicados para nomeação, com recursos tramitando e aguardando
399 resposta. Esse era um compromisso que os Conselhos Superiores deveriam ter e havia falado na
400 reunião do COCEPE realizada no dia anterior. Não achava adequado deliberar sobre as
401 questões legais que era a CLN e a proposta da organização que tinham. Se estavam à margem
402 da lei naquela reunião, legalmente as decisões não teriam valor se aprovassem naquela reunião.
403 O conselheiro Paulo Bretanha insistiu que acreditava que se fizessem a recomposição não
404 estariam agindo contra a Lei, não via problema em fazer essa composição, com alteração no
405 número de docentes. O conselheiro Odir Dellagosotin concordou com o conselheiro Bretanha e
406 disse acreditar que se tivessem mais dois representantes da área de Ciências da Vida, dois das
407 Exatas e dois das Humanas, estariam com a composição certa. O conselheiro Luiz Osório disse
408 que também concordava com o Professor Bretanha e acreditava que poderiam votar duas
409 propostas: Se definiriam naquela reunião e passavam a buscar as alternativas uma sugerida
410 pelos conselheiros Bretanha e Odir, e a dele que era de aumentar o número das representações
411 já eleitas. Veriam se existiam outras alternativas e fariam um recesso naquela reunião e em
412 seguida aprovariam a mais adequada para viabilizar o funcionamento do Conselho. O
413 conselheiro Bruno Martinelli disse que embora a composição do Conselho se mantivesse,
414 muitos conselheiros eram novos e diferentes dos conselheiros presentes na reunião de setembro.
415 Se havia acontecido algo irregular naquela reunião os novos conselheiros não tinham
416 responsabilidade sobre isso. Em segundo lugar, gostaria de manifestar a imperatividade de se
417 respeitar os processos democráticos que elegeram as categorias presentes no Conselho.
418 Acreditava que era inaceitável revogar o mandato de alguém já eleito pela comunidade. Disse
419 que todos sabiam que por um processo histórico e institucionalmente, os estudantes, como

At.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2013 – FLS. 9 de 09

420 categoria, eram a categoria mais frágil ainda que a maior categoria e era a razão da existência
421 da Universidade. Por isso, achava inaceitável ainda mais partindo de um Pró-Reitor que se
422 cogite a remoção de um número relativo da representação estudantil. Cibia lembrar que cada
423 representante discente ali no Conselho representava mais de sete mil alunos. O conselheiro
424 Maurício Pelegrini disse que ficava feliz com a fala do Vice-Reitor e fazia o encaminhamento
425 de que se nas reuniões passadas foram tomadas decisões à margem da Lei, então que fossem
426 retomadas as discussões e decididas novamente. O conselheiro Fernando Schild disse que
427 acreditava que o Vice-Reitor tinha razão, que não tomassem nenhuma decisão deliberativa
428 naquela reunião e que fosse refeita a composição com a relação dos Pró-Reitores, incluindo
429 docentes para substituí-los e então poder convocar reunião para deliberar sobre a modificação
430 real do Regimento. O senhor presidente disse que entendia que o melhor seria realmente
431 interromper a presente reunião para chamarem outra e fazerem essa recomposição. O
432 conselheiro Odir Dellagostin solicitou que o próximo item – Reestruturação - fosse pautado na
433 próxima reunião, para que pudessem discutir com mais profundidade. O conselheiro Maurício
434 também pediu se poderia ser enviado a relação do orçamento, para que pudessem discutir. O
435 conselheiro Osório perguntou qual seria a composição, pois o que estava posto como
436 possibilidade, que deveriam ter um consenso e bom senso, poderiam deliberar para adequação e
437 parecia que todos deliberavam por aumentar a representação docente, mantendo a discente e de
438 técnico-administrativos. O Conselho não estaria deliberando, somente adequando e tinham duas
439 propostas e se resolvessem naquela reunião, na próxima já teriam a composição correta.
440 Poderiam ter essa decisão, fazendo um recesso. A conselheira Ediane Acunha disse que a fala
441 do conselheiro Osório fazia propostas que poderiam ser trazidas na próxima reunião. O
442 conselheiro Lauer Nunes disse que gostaria de conduzir o assunto com cuidado ao Centro de
443 Artes, que foi criado em outubro de 2010. Extinguiu o Instituto de Artes e Design e não o
444 Conservatório de Música, que seria um órgão suplementar. Tiveram em outubro de 2012 a
445 aprovação do funcionamento dos Centros. A partir daí, puderam ser construídos os Regimentos
446 internos dos Centros. O CM vinha funcionando como tal, foi visitado pela Diretora Adjunta
447 Isabel que teve seu CD extinto e decisões não poderiam ser tomadas no âmbito do
448 Conservatório. Os professores estavam se sentindo acuados, pois naquele momento o CM
449 estava acéfalo. Solicitou que o Conselho possibilitasse que com a nova Direção do CA, fosse
450 definida uma remuneração para o Coordenador do CM. O senhor presidente respondeu que o
451 CM era um órgão suplementar do CA, que estava sob a administração no Diretor do CA. A
452 conselheira Rosane Brandão disse que tinha perguntado à Professora Isabel se estava claro para
453 ela que perderia a CD sendo Diretora Adjunta, ao que ela havia respondido afirmativamente.
454 Sem mais o que tratar o senhor presidente agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião às
455 doze horas e cinco minutos do que para constar, eu *Roseméri* Roseméri Gomes
456 Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada,
457 foi igualmente assinada pelo senhor presidente. *[Assinatura]*